
Gesto teórico, gesto político. A semiótica diante dos *Cultural Studies* *

Verónica Estay Stange**

Tradução de Paula Martins de Souza***

Resumo: Princípio de pertinência, eixo da imanência e distância objetivante são regras da semiótica plenamente integradas à metodologia do investigador. São regras que se apresentam como evidentes frente a objetos relativamente “neutros”, do ponto de vista ético e político. No conjunto dos fenômenos culturais que a semiótica pode considerar como corpus, entretanto, alguns desses fenômenos interpelam-nos diretamente, e de modo tão radical que nosso primeiro impulso seria produzir um discurso militante, desviando-nos (realmente nos desviando?) das possibilidades que essa disciplina nos oferece. Assassinatos em massa, crimes contra a humanidade: como podemos nos referir a tais “objetos”, axiologicamente tão marcados, sem romper com as regras de análise e, ao mesmo tempo, sem produzir um discurso árido, insensível, desumanizado? Nesses casos, até que ponto é possível recorrer ao “gesto teórico” próprio da semiótica? Os *Cultural Studies* têm enfrentado o problema de frente. Motivado por um “gesto político”, o investigador constrói sua legitimidade com base em sua implicação direta nas problemáticas com que trabalha. Nesse quadro, o semioticista não pode deixar de questionar as bases de seu posicionamento, perguntando-se com que ele pode colaborar, dentro dos limites de sua disciplina, respeitando (ou não) os princípios que a definem. Esse é o objetivo desta contribuição, que coteja a perspectiva semiótica e o enfoque dos *Cultural Studies*, retomando reflexões desenvolvidas previamente em colaboração com Raphaël Horrein. A partir dessas reflexões, proponho-me a abordar os desafios que se colocam para nossa disciplina, bem como suas possíveis contribuições frente a fenômenos culturais “extremos”, vinculados à violência política.

Palavras-Chave: semiótica; cultura; *Cultural Studies*; pós-memória dos perpetradores; violência política.

* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2021.188607> .

Este artigo retoma elementos de um texto mais extenso, chamado “Gesto teórico, gesto político. La semiótica frente a los *Cultural y Memory Studies*” e publicado por Ximena Faúndez, Fuad Hatibovic e Jaime Villanueva na obra *Aproximaciones teóricas y conceptuales en estudios sobre Cultura Política, Memoria y Derechos Humanos*, Cuadernos CEI-CPMDH (Centro de Estudios Interdisciplinarios sobre Cultura Política Memoria y Derechos Humanos), Santiago de Chile, LOM, 2020. Já as seções 1 e 2, bem como a conclusão, retomam a reflexão que desenvolvi, ao lado de Raphaël Horrein, em um artigo em processo de edição, intitulado “Reculer pour mieux s’engager? Sémiotique et *Cultural Studies*”, a ser publicado por Juan Alonso Aldama, Denis Bertrand e Flore di Sciuillo na obra *Sémiotique, implication et engagement*, Paris, L’Harmattan. A terceira seção, por sua vez, remete a outro artigo, de minha autoria, chamado “Sémiotique, sémio-éthique : les zones brûlantes de la mémoire”, a ser publicado no mesmo volume.

** Docente do Institut d’études politiques de Paris, França. E-mail: veronicaestay@hotmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9281-0630> .

*** Pós-Doutoranda do Departamento de Linguística, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (USP), SP, Brasil. Endereço para correspondência: paulamartins@usp.br . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6053-3197> .

Introdução

Esta reflexão tem por base a seguinte observação fundamental: os estudos atuais com temas relacionados à cultura, à política e à sociedade contemporâneas, reunidos sob a designação *Cultural Studies*, mostram uma marcada tendência à descrição e à análise dos mais diversos corpora, agrupados sob alguma noção preexistente. Tome-se por exemplo o quadro específico das investigações a respeito da memória, que englobam as noções de “trauma”, “resiliência”, “memória coletiva”, amnésia coletiva... Essa noção preexistente é incorporada pelos *Cultural Studies* sem que seja necessariamente interrogada enquanto tal ou integrada a uma arquitetura conceptual que permita consolidar, a partir da teoria, um campo disciplinar autônomo. A segmentação dos *Cultural Studies* em áreas distintas, chamadas *Area Studies*, que são mais ou menos autônomas em relação à matriz originária, obedece a critérios estritamente temáticos, de maneira que os limites e superposições entre elas raramente são problematizados. Tal é o caso dos enfoques que têm surgido em torno dos grandes massacres coletivos do século XX: *Trauma Studies*, *Genocide Studies*, *Memory Studies*, *Perpetrator Studies*, *Holocaust Studies*... Cada um com seu cada qual! Seguindo essa mesma lógica, no que diz respeito à América do Sul, hoje em dia, fala-se em *South-American Studies*, *Patagonian Studies*, *Dictatorial Studies*, *Post-dictatorial Studies*, e até mesmo em *Mapuche Studies*, aos quais provavelmente serão somados os *Quechua Studies* ou os *Fueguino Studies*, se é que já não existem¹. Até que ponto é razoável proceder a essa segmentação e multiplicação de áreas? É mesmo necessário que a cada *corpus* específico correspondam *Area Studies* particulares, mesmo sabendo-se que esses *corpora* são potencialmente infinitos?

Se a maneira de proceder dos *Area Studies* permite trazer à luz questões que a cultura hegemônica frequentemente busca ocultar, ela introduz dificuldades relacionadas, por um lado, ao ecletismo teórico e, por outro, à primazia de um modo de raciocinar empírico, indutivo, isto é, que vai do particular ao geral, em detrimento de um raciocínio dedutivo, que define o trabalho científico, ou mesmo em detrimento de um raciocínio abduutivo, que permite formular novas hipóteses por meio da imaginação a serem confirmadas na experiência. Nessas condições, surge, por um lado, o problema da permanência dessas áreas de estudo para além do horizonte “reivindicativo” associado a seu objeto, como é o caso da cultura queer, associada ao conflitos de gênero, o (pós)colonialismo, associado à questão indígena... Por outro lado, surge o

¹ “Fueguino” refere-se ao que é relativo a ou a quem é natural da Terra do Fogo (do espanhol, Tierra del Fuego), nome dado ao arquipélago, ou a sua ilha maior, localizado no extremo sul da América do Sul [Nota do tradutor].

problema da unificação e da generalização das conclusões extraídas de cada caso particular para alimentar as reflexões futuras.

Sem poder resolver tais problemas, que mereceriam uma reflexão de grande fôlego a partir do interior dos próprios *Cultural Studies*, neste artigo, limito-me a explorar as alternativas que surgem ao se abordar esse tipo de objeto sob o prisma particular da semiótica. Tratarei de evidenciar em que pontos essa disciplina converge para os *Cultural Studies* ou deles diverge, bem como em que ela pode contribuir para seu desenvolvimento, por meio de um diálogo interdisciplinar. Por fim, e inversamente, destacarei os questionamentos que os *Cultural Studies* colocam para a semiótica, em particular, no que tange à questão do “comprometimento” social ou político.

Sendo um estudo da significação manifestada em discursos, desde sua origem, a semiótica posicionou-se como uma reflexão aberta ao intercâmbio com outras áreas do conhecimento. Se esse traço, e outros, fazem com que ela se assemelhe aos *Cultural Studies*, a confrontação entre ambos os enfoques permitirá explicitar seus modos distintos de assumir a interdisciplinaridade e seus diferentes suportes epistemológicos. Mais especificamente, e esta é minha hipótese central, a diferença do modo como esses campos enfrentam temas vinculados aos problemas da cultura e da sociedade contemporâneas vincula-se a seu posicionamento diante da relação entre a reflexão e o “comprometimento”: os *Cultural Studies* emergem de um gesto político, que pode, inclusive, ser militante. A serviço desse gesto político, são mobilizadas certas ferramentas conceptuais. A semiótica, ao contrário, exige, de saída, um afastamento cuja função é suspender a subjetividade e o comprometimento, permitindo que o objeto analisado “revele-se” em sua total complexidade. Devemos, portanto, dizer que a semiótica é apolítica? Ou seria possível considerar que, sob certas condições, o gesto teórico pode transformar-se em um gesto político? Tratando de responder a essas perguntas, proponho uma reflexão sobre os procedimentos de teorização e de análise da semiótica frente a objetos desafiadores, dada sua carga ideológica e afetiva.

1. Convergências teóricas: redefinir a cultura, conectar as disciplinas

Desenvolvidos entre os anos 1960 e 1970 nos países anglo-saxões, os *Cultural Studies* estenderam-se a diferentes países da Europa e da América Latina. A opção por manter essa designação em inglês não se deve à falta de visão crítica ante o *imperialismo linguístico*, tampouco deve-se à intenção de reduzir esse campo “ao estudo do fenômeno anglo-saxão”, que, segundo Bernard Darras (2007, p. 11), é um risco que se corre quando se opta por manter o termo sem tradução. A expressão original foi mantida porque o desenvolvimento desse

campo no âmbito hispano-americano, assim como no âmbito francófono, introduziu matizes que não considerarei aqui, com vistas a me concentrar especificamente nos traços característicos originalmente concebidos por essa área. Os *Cultural Studies* surgem, via de regra, como alternativa aos estudos centrados na cultura hegemônica e institucionalizada. Eles obedecem, pois, ao desejo de abordar as “práticas culturais”, no sentido antropológico do termo, ou seja, “como totalidades expressivas embasadas em práticas sociais, crenças, ritos, sistemas institucionais, códigos, esquemas simbólicos etc., portanto, baseadas também em homens e mulheres que pensam sobre elas, que as produzem e as transformam” (Chalard-Fillaudeau, 2015, p. 13)². Um primeiro traço comum entre os *Cultural Studies* e a semiótica é essa visão ampla da cultura.

Como sabemos, a semiótica de inspiração greimasiana possui a particularidade de estudar a significação no *discurso*, considerado em sua totalidade e de acordo com seus diferentes modos de manifestação (verbal, visual, musical, gestual...), e não em palavras isoladas, como faz a semântica, tampouco em signos, como faz a “semiologia” de orientação saussuriana. Levar em conta essa *dimensão discursiva do sentido* implica, entre outras coisas, não se restringir a reconhecer como objeto de análise possível as unidades formalmente identificadas como “textos”, tais como uma obra literária, um cartaz publicitário, uma canção etc., mas também as interações que ocorrem em torno delas, as situações comunicativas nas quais essas interações têm lugar e as “formas de vida” que estruturam coletivamente tais intercâmbios. Esse percurso, descrito em detalhes por Fontanille (2007; 2015), supõe a expansão do nível de pertinência do conjunto de objetos designado como “corpus”, ou seja, o deslocamento das fronteiras que delimitam o que deve ser considerado como um *todo coerente* que pode ser analisado. É possível, desse modo, transitar do microuniverso do “texto” propriamente dito aos macrouniversos que o determinam, igualmente considerados como “textos” a partir de então. Uma aula em uma sala ou um protesto de rua podem ser apreendidos como produções significantes usando-se as mesmas ferramentas que se aplicam a qualquer outro tipo de objeto. É assim que a própria cultura transforma-se em um objeto de estudo para a semiótica. Em uma de suas vertentes, a *semiótica da cultura*, ou *das culturas*, ocupa-se do conjunto de “práticas significantes” desenvolvidas no seio de dada comunidade (Greimas, 1984, p. 121).

Como reconhece Jan Baetens (2011), a concepção de cultura promovida pelos *Cultural Studies* provém precisamente da semiótica, cujos avanços teóricos foram fundamentais no que diz respeito a esse assunto. Todo semioticista, portanto, poderá se reconhecer plenamente na definição proposta por Baetens:

² Tradução livre de: “comme des totalités expressives reposant sur des pratiques sociales, des croyances, des rites, des systèmes institutionnels, des codes, des schèmes symboliques, etc., et bien sûr des hommes et des femmes qui les pensent, produisent et transforment”.

“a cultura é um signo, ou seja, não é a coisa em si, mas um objeto ou uma estrutura que representa algo para alguém em um dado momento”³ (p. 158), ou ainda, nos termos de Maxime Cervulle e Nelly Quemener (2018, p. 7): “aqui, entende-se por cultura um conjunto de práticas sociais que participam da produção de significação e elaboram nossas maneiras de apreender o mundo”⁴.

Defendendo a “democratização” e a diversificação dos fenômenos culturais, os *Cultural Studies* proclamaram-se como um enfoque iconoclasta e transgressivo ao mesmo tempo. Iconoclasta, pois propõe estender a noção de “cultura” para além das elites acadêmicas, intelectuais e institucionais. Todas as práticas que estruturam as distintas coletividades, desse modo, encontram-se em pé de igualdade, enquanto objetos de análise dignos de ser reconhecidos como tais, desde a “cultura das marcas” até “as relações entre a tequila e a sociedade mexicana”⁵ (Chalard-Fillaudeau, 2015, p. 16). Transgressivo, porque pressupõe o questionamento das fronteiras disciplinares ao buscar ferramentas adequadas ao estudo desse tipo de *corpus*.

Desde sua origem, erigida sobre uma base de princípios epistemológicos muito distintos, e mesmo opostos, a semiótica havia adotado uma posição semelhante, tanto no que tange a seus objetos quanto às demais disciplinas: para o semioticista, qualquer estrutura significativa, seja ela uma cadeira, um passeio de patins, um grafite, a Torre Eiffel, um conto de Maupassant ou um quadro de Tintoretto, merece ser estudado com o mesmo rigor, na medida em que se inscreve no horizonte do sentido. A semiótica recorreu, com esse fim, a uma grande quantidade de disciplinas, mantendo um diálogo constante com elas: a linguística de Ferdinand de Saussure e de Louis Hjelmslev, a teoria da enunciação de Émile Benveniste, a narratologia de Vladimir Propp, a hermenêutica de Paul Ricoeur, a antropologia de Marcel Mauss, de Georges Dumézil e de Claude Lévi-Strauss, e a fenomenologia, de Edmund Husserl a Maurice Merleau-Ponty.

Se a semiótica é “iconoclasta”, no que diz respeito aos objetos culturais instituídos, e “transgressiva”, no que tange às fronteiras disciplinares, assim como os *Cultural Studies*, então qual é a diferença entre esses enfoques? Em que essa diferença determina seus respectivos posicionamentos diante do “comprometimento” político e teórico? A resposta, creio, provém da interdefinição de, ao menos, três fatores no interior de cada campo: o estatuto da teoria, a identificação e circunscrição do objeto e o *ethos* do investigador, no sentido retórico de *imagem que o enunciador constrói de si mesmo por meio do discurso*.

³ Tradução livre de: “la culture est un signe, c’est-à-dire non pas la chose même mais un objet ou une structure qui représente quelque chose pour quelqu’un à un moment donné”.

⁴ Tradução livre de: “la culture est ici entendue comme un ensemble de pratiques sociales qui participent de la production de signification et élaborent nos manières d’appréhender le monde”.

⁵ Tradução livre de: “la culture des marques”, “relations entre tequila et société mexicaine”.

2. Tenções epistemológicas: do pensar ao atuar

No que diz respeito ao estatuto da teoria, embora a semiótica e os *Cultural Studies* tenham em comum a transgressão das fronteiras disciplinares, os enfoques diferem entre si no que tange ao modo de assumir essa “abertura”, bem como no propósito final dessa interação com os outros campos do conhecimento. Com efeito, quando a semiótica recorre a conceitos “importados”, sua maior preocupação é integrar esses elementos no edifício teórico geral, caracterizado pela coerência e pela homogeneidade. Todo semioticista sabe que é indispensável “semiotizar” noções e modelos provenientes de outras áreas que se queira incorporar ao modelo semiótico, ou seja, é necessário (re)definir essas noções ou modelos em termos da metalinguagem semiótica, determinando-se seu estatuto e sua função dentro da economia global da reflexão a respeito do sentido. Se a semiótica pode se considerar como uma “disciplina” enquanto tal, é justamente porque constitui um verdadeiro sistema ao qual cada novo elemento deve ser incorporado, seguindo regras que dizem respeito à “gramática” fundamental. De acordo com Anne Chalard-Fillaudeau, os *Cultural Studies*, pelo contrário, “não são nem uma disciplina nem uma antidisdisciplina [...], tampouco representam um marco institucional ou um campo de investigação homogêneo”⁶ (2015, p. 11), já que sua finalidade não é edificar ou adotar uma base teórica englobante e estabilizada. Nos *Cultural Studies*, a importação de conceitos obedece às exigências do objeto em questão, de maneira que cada área, e, por vezes, cada análise em particular, poderá desenvolver suas próprias ferramentas de investigação sem aspirar a uma modelização ou a uma teorização de caráter geral. É por isso, inclusive, que a segmentação em subdomínios depende dos matizes e das subdivisões do objeto, e não de problemáticas formuladas a partir da teoria. Reconhecendo mais uma vez a utilidade da semiótica para os *Cultural Studies*, Baetens afirma o seguinte:

A semiótica é, sem nenhuma dúvida, a maneira mais eficaz de praticar a interdisciplinaridade, considerando seu desejo de desenvolver uma metodologia e uma terminologia coerentes, apesar da fragmentação de seus objetos. Trata-se de uma diferença fundamental em relação à adoção dos *travelling concepts* (Bal, 2002), em que o empréstimo de conceitos entre disciplinas é mais pontual, e em que o risco de conflito entre o sentido “original” e o “novo” sentido parece muito mais real⁷ (2011, p. 162).

⁶ Tradução livre de: “ne sont ni une discipline ni une antidisdiscipline [...], pas plus qu’elles ne représentent un cadre institutionnel ou un champ de recherches fédéré”.

⁷ Tradução livre de: “la sémiotique est sans aucun doute la manière la plus efficace de pratiquer l’interdisciplinarité, vu son désir, en dépit de l’éclatement de ses objets, d’aboutir à une méthodologie et à une terminologie cohérentes. C’est là une différence capitale avec le recours aux *travelling concepts* (Bal, 2002), où l’emprunt d’un concept d’une discipline à l’autre reste plus ponctuel, et où le risque de conflit entre le sens ‘original’ et le sens ‘nouveau’ paraît autrement plus réel”.

Essa diferença entre a semiótica e os *Cultural Studies* a respeito do estatuto da teoria é reforçada pelo modo como cada campo define e circunscreve seu objeto de estudo. No caso dos *Cultural Studies*, a eleição do objeto está determinada pela situação do investigador; mais precisamente, por sua posição política prévia à análise. Todo objeto, isto é, toda prática cultural pode ser abordada desde que seja “politizada” e que manifeste o compromisso do investigador ante os desafios da sociedade contemporânea, donde a tríade definitiva dos *Cultural Studies*: “cultura, comprometimento e atualidade”⁸ (Chalard-Fillaudeau, 2015, p. 15).

No que tange à semiótica, a escolha do objeto depende de dois fatores. Em primeiro lugar, está atrelada ao esforço por preencher lacunas ou por se aprofundar em áreas pouco exploradas da teoria. Em segundo lugar, está vinculada a certas preferências inegáveis, subjetivas do investigador, embora não sejam necessariamente políticas. Se a afinidade do investigador com dado objeto, digamos, o mar, a música, a ficção científica ou a poesia, condiciona sua escolha, por outro lado, no momento de analisar esse objeto, a metodologia semiótica exige a suspensão de toda crença apriorística, tendo em vista evitar que os gostos ou opiniões do investigador estruturem sua reflexão. O ponto de partida da análise semiótica se assemelha, em certo sentido, ao ponto de partida que a percepção deve adotar ao (re)descobrir o mundo, segundo a fenomenologia: desaprender o aprendido, despojar-se de todas as pressuposições e conceitos apriorísticos, como se as coisas fossem vistas pela primeira vez. Essa atitude, que Husserl chama *epokhe*, ou *suspensão fenomenológica*, “me impede totalmente de fazer qualquer juízo sobre a existência espaço-temporal” (2006 [1913], p. 81)⁹. É provavelmente nesse ponto específico que o caminho dos *Cultural Studies* e da semiótica bifurca-se. Ao “comprometimento político” dos *Cultural Studies* opõe-se o “comprometimento teórico” da semiótica.

No âmbito dos *Cultural Studies*, quanto mais a dimensão política que determina a eleição do objeto estiver relacionada ao que se pode chamar *horizonte performativo* da investigação, mais ela será importante. Longe de serem desengajados, os *Cultural Studies* buscam, ao menos, transformar “a vivência dos indivíduos”¹⁰ (Chalard-Fillaudeau, 2015, p. 31), se é que não visam a mudar o mundo. A análise e o uso de ferramentas teóricas são, assim, considerados como uma forma de ação. Stuart Hall, um dos fundadores dos *Cultural Studies*, posiciona-se do seguinte modo: “temo muito que minhas afirmações sejam interpretadas como um discurso antiteórico, mas não se trata de antiteoria. Elas apenas remetem às condições e aos problemas associados ao

⁸ Tradução livre de: “culture, engagement, actualité”.

⁹ Tradução de “die mir jedes Urteil über räumlich-zeitliches Dasein völlig verschließt” (Husserl, 1976 [1913], p. 65).

¹⁰ Tradução livre de: “le vécu des individus”.

desenvolvimento de um trabalho teórico e intelectual enquanto prática política”¹¹ (2017 [2008], p. 58). Esse caráter *performativo* do trabalho intelectual é confirmado por Maxime Cervulle e Nelly Quemener no seguinte excerto:

Ao invés de entender os *Cultural Studies* como um campo dedicado à simples descrição de mudanças sociais, a maioria de seus autores vê nesse campo um modo de interferir no curso dessas transformações. A cultura, assim, é ao mesmo tempo o objeto em foco e um lugar de intervenção política, um espaço para o exercício da crítica. (2018, p. 8)¹²

Para os autores dos *Cultural Studies*, embora seus estudos estejam situados em um terreno simbólico, isto é, o terreno da linguagem, eles constituem uma forma alternativa de ação, e mesmo de “luta” política.

Esse tipo de intervenção não substitui a ação coletiva e não equivale às formas de atividade militante. Se os *Cultural Studies* são sobretudo uma tradição intelectual, eles representam um prolongamento da política por outros meios. Eles estendem a luta política aos terrenos da linguagem, do discurso, do simbólico justamente enquanto lugares de construção da realidade. (Cervulle; Quemener, 2018, p. 8)¹³

Simplificando um pouco as coisas, se imaginarmos o trabalho de investigação em si mesmo como uma prática estruturada aos moldes de uma “história”, poderíamos dizer que a semiótica e os *Cultural Studies* estão embasados em duas sequências narrativas distintas. O percurso dos *Cultural Studies* está ancorado na eleição do objeto de estudo enquanto *gesto político*. Esse gesto prolonga-se por meio da análise e da elaboração conceptual, que, por sua vez, devem desembocar em uma ação na esfera da “realidade”. É por isso que os *Cultural Studies* “parecem definitivamente pertencer a sua época: aderem a ela, desprendem-se dela, ouvem-na e a escrutinam para interpretá-la e, idealmente, para *transformá-la*”¹⁴ (Chalard Fillaudeau, 2015, p. 5). Já o percurso narrativo característico da investigação semiótica começa e termina em um *gesto teórico*, que orienta tanto a eleição do objeto quanto sua análise.

¹¹ Tradução livre de: “Je crains beaucoup que vous n’interprétiez mes propos comme un discours antithéorique. Or ce n’est pas de l’anti-théorie ; cela renvoie simplement aux conditions et aux problèmes liés au développement d’un travail théorique et intellectuel comme pratique politique.”

¹² Tradução livre de: “Plutôt que d’appréhender les Cultural Studies comme champ voué à la simple description du changement social, la majorité des auteurs qui s’en réclament y voient une manière d’en influencer le cours. La culture est ainsi à la fois l’objet du domaine et un site d’intervention politique, un lieu d’exercice de la critique”.

¹³ Tradução livre de: “Ce type d’intervention ne se substitue pas toutefois à l’action collective, il n’est pas interchangeable avec les formes de l’activité militante. Si les Cultural Studies sont avant tout une tradition intellectuelle, elles proposent une continuation de la politique par d’autres moyens. Elles étendent la lutte politique aux le terrains du langage, du discours, du symbolique en tant qu’ils comptent parmi les lieux de construction de la réalité”.

¹⁴ Tradução livre de: “semblent décidément être de leur temps : elles y adhèrent, elles en découlent, elles l’auscultent et le scrutent pour l’interpréter et idéalement *le transformer*”.

Esses trajetos distintos, talvez opostos, estão, no fundo, relacionados às diferentes concepções de “realidade” e da ação que se pode exercer sobre ela. Embora a semiótica e os *Cultural Studies* compartilhem da concepção de cultura enquanto *mediação*, em que, como dizia Baetens (2011, 0. 158), *a cultura é um signo, não a coisa em si mesma*, com frequência, os *Cultural Studies* parecem se esforçar em apreender e transformar “a realidade” enquanto tal. Tudo se passa como se a tentativa de apreender “a coisa em si mesma” não houvesse deixado de estar presente, apesar das reservas introduzidas pela “virada linguística” e pela “virada semiótica”, que os *Cultural Studies* também experienciaram. Chalard-Fillaudeau, por exemplo, reconhece que:

Ainda que a análise do discurso ou a análise semiológica permitam revelar as intenções propagandísticas ou possibilitem colocar em evidência as estratégias de hegemonização de uma imagem, por exemplo, elas não dizem nada sobre seu impacto real ou sobre a recepção da mensagem por seus destinatários. Convém, portanto, recorrer ao questionário aberto ou à entrevista, à observação *in situ* etc. (2012, pp. 21-22)¹⁵

A cultura, desse ponto de vista, não é mais *signo*, e sim experiência imediata da realidade e da subjetividade, que é o terreno apropriado à investigação empírica. Sem poder se aventurar nesses domínios, a semiótica recua quando o filtro do discurso não se revela. Já que seu horizonte não é “a realidade” ou o “ser”, e sim o “parecer”, o semioticista só pode apreender o mundo por meio da linguagem, estando inclusa a percepção, desde que ela também seja concebida como linguagem. Da imersão na “realidade” à mediação do discurso, bem como do gesto político ao gesto teórico, formam-se, pois, dois *ethos* distintos, associados a dois estilos enunciativos diferentes.

Podemos observar, então, que a legitimidade do investigador dos *Cultural Studies* frequentemente provém de sua ancoragem subjetiva: o ator individual representa e encarna o ator coletivo. Escrever em primeira pessoa é mais do que uma escolha puramente formal. O *ethos* do sujeito embasa-se em sua capacidade de falar em nome de uma coletividade, chegando mesmo a reivindicar explicitamente seus direitos ou a denunciar seus sofrimentos:

A autoridade do investigador reside, portanto, em sua posição dupla e conjunta de sujeito e objeto. Ele conduz o estudo sobre si mesmo e pode falar com legitimidade em nome do grupo, em nome do “nós” com que ele se envolve e que reflete ao mesmo tempo. Vivenciar seu objeto, apreendê-lo subjetivamente, analisá-lo em seu nome, é somar sua história individual às grandes histórias que

¹⁵ Tradução livre de: “Si l’analyse du discours, ou bien l’analyse sémiologique d’une image, permet de révéler des visées propagandistes ou de déceler des stratégies d’hégémonisation, elles ne disent rien sur son impact *réel* ou sur la réception du message par ses destinataires. Il convient, par conséquent, d’avoir recours au questionnaire ouvert et/ou à l’entretien, à l’observation *in situ*, etc.”

nos permitem construir e interpretar nossa experiência. (Chalard-Fillaudeau, 2015, p. 19)¹⁶

Frente ao enunciatório do discurso, por outro lado, o enunciador que enuncia em primeira pessoa transita livremente entre o *convencer*, por meio de razões objetivas, e o *persuadir*, mediante razões subjetivas. O esforço de “conquistar” o outro por intermédio de uma estrutura argumentativa não exclui a possibilidade de atraí-lo via motivos subjetivos, dos quais a alteridade é convidada a compartilhar, ou ainda, mediante potencialidades *vocativas* de um discurso apaixonado, que promoveria o assentimento por empatia ou por “contágio”.

Já para o semioticista a imparcialidade é a condição primeira de sua legitimidade, de acordo com as expectativas relativas ao “contrato de leitura” em que seu discurso está embasado, sobretudo quando ele se vê diante de problemáticas que o afetam diretamente. Ao colocar seus afetos entre parênteses e abstrair sua situação pessoal, o investigador dessa disciplina deve ser capaz de desenvolver uma argumentação autônoma, autossuficiente e o mais “objetiva” possível. Destinado a convencer, mais do que a persuadir, o discurso-tipo do semioticista constrói um *ethos* caracterizado pela moderação e pela prudência.

3. Semiótica, semioética: desafios da imparcialidade

Havendo apresentado os fundamentos epistemológicos da semiótica por meio da comparação com os *Cultural Studies*, gostaria de assinalar os desafios particulares que se colocam diante de temas relacionados à memória e aos direitos humanos nessa disciplina. A grande carga afetiva e ideológica desses objetos de estudo conduz novamente à problemática da dissociação ou vinculação possível entre gestos teórico e político, mas, desta vez, sob uma perspectiva claramente ética.

Como eu disse anteriormente, o enfoque semiótico exige do investigador uma posição equivalente à da *epokhe* fenomenológica na análise de qualquer objeto. “Tomar distância” (do francês, “prendre du recul” ou “prendre de la hauteur”): esse é um dos princípios que Greimas transmitiu a seus discípulos, não apenas como *slogan* científico, mas também como atitude frente à vida. “Tomar distância” para pensar, como se diz, *de cabeça fria*, deixando de lado os julgamentos e os preconceitos, bem como as preferências, opiniões e aversões pessoais. Mesmo que essa atitude pareça evidente frente a objetos ética e

¹⁶ Tradução livre de: “L’autorité de l’intervenant réside alors dans sa position double et conjointe de sujet et d’objet : il mène lui-même l’étude sur lui-même et peut légitimement parler au nom du groupe, du ‘nous’ qu’il épouse et réfléchit tout à la fois. Vivre son sujet, l’appréhender subjectivement, l’analyser en son nom, c’est joindre son récit individuel aux grands récits qui nous permettent de construire et d’interpréter notre vécu.”

politicamente “neutros”, como uma “sopa ao pesto” (Greimas, 1979), uma xícara (Beyaert, 2015) ou um poema de Rilke (Greimas, 1987), ela continua válida quando se trata de abordar temas que exigem o envolvimento do analista quase que imperiosamente? Como é possível limitar-se a descrever os *corpora* que contêm temas como genocídios, massacres, torturas, assassinatos ou violência sexual sem envolvimento afetivo e sem tomar posição? A postura “objetiva” é realmente desejável nesses casos ou corre-se o risco de produzir um efeito de frieza e desumanidade, que seria nocivo para a análise?

Embora as respostas a essas perguntas estejam longe da unanimidade, inclusive no campo da semiótica, a reflexão acerca de uma experiência relacionada a meu trabalho de investigação e a meu posicionamento pessoal permitirá identificar alguns princípios do próprio âmbito da disciplina que engendram um quadro ético no interior do qual cada investigador possui uma ampla margem de ação.

Depois de trabalhar durante muito tempo com a arte e a literatura do Simbolismo contemporâneo, há alguns anos, comecei a me interessar também pelo tema da memória e dos acontecimentos traumáticos que marcaram a História, em particular, a História do Chile. Embora a tomada de distância objetivante tenha parecido evidente diante do primeiro terreno de investigação, ao me defrontar com o novo tema, minhas certezas epistemológicas e metodológicas viram-se questionadas, sobretudo porque estou diretamente envolvida com ele. Filha de exilados políticos sobreviventes da ditadura de Pinochet, sou também sobrinha de um militante de esquerda, que não conheço, e que, depois de torturado, passou a ser um dos algozes.

O exemplo em que me apoio para abordar a relação entre gestos teórico e político, bem como suas implicações éticas, está relacionado a esse duplo parentesco, de modo que praticamente faço parte de meu objeto de estudo. Enquanto semioticista, nessas circunstâncias, é difícil construir um *ethos* que corresponda às normas estritas de minha disciplina, mas também é difícil decifrar os textos com que me defronto sem recorrer às ferramentas que me permitam atribuir sentido àquilo que é observado. Quero relatar brevemente essa “negociação”, mostrando como a semiótica tem permitido, com o auxílio de alguns reajustes, construir um discurso mais ou menos “justo”, no sentido da *justiça*, e tem possibilitado, inclusive, encontrar alguns pontos de orientação ética nesse campo em que a palavra e a reflexão veem-se constantemente ameaçadas, de modo paradoxal, por um excesso de envolvimento e de “comprometimento”.

Chego, pois, ao exemplo em questão. Ingressei, há alguns meses, em um coletivo argentino cujo título dá conta de seu caráter altamente transgressivo: *Histórias de Desobedientes: Filhas, filhos e familiares de genocidas em nome da memória, da verdade e da justiça*. Trata-se, com efeito, do primeiro grupo na

história do terrorismo de Estado que se constitui como um *coletivo* especificamente voltado aos descendentes de algozes que, em defesa dos direitos humanos, condenam abertamente os crimes de seus familiares. Surgido em Buenos Aires em 2017, o grupo estendeu-se ao Chile em 2018 e, em 2020, ao Brasil.

Um ano após sua fundação, o coletivo decidiu publicar um livro intitulado *Escritos Desobedientes* (Bartalini; Estay Stange, 2018), que contém textos de seus membros. Havendo participado da coedição, assumi também a tarefa de escrever o posfácio. Para levar a cabo essa tarefa, foi preciso questionar minha própria posição e tomar decisões discursivas que tinham implicações éticas e políticas.

As primeiras perguntas que me coloquei relacionavam-se, por um lado, à construção de meu próprio *ethos*, e, por outro, à apreensão do *ethos* dos demais membros do grupo. Eu deveria me envolver completamente em meu discurso e falar de mim mesma, correndo o risco de superpor meu testemunho aos textos que pretendia comentar? Ou deveria tomar a maior distância possível, apagando todos os vestígios de meu pertencimento ao coletivo, enquanto meus companheiros expunham-se, contando suas vidas? Quanto ao *ethos* do grupo, como dar conta da tragédia íntima e da lucidez desses filhos e familiares que, quase sempre tendo vínculos biológicos e também afetivos com criminosos, rebelam-se contra eles em nome dos direitos humanos? Enfim, no que concerne ao especto especificamente ético de meu texto, ao elogiar os descendentes de algozes que se compadecem com as vítimas, coloco-me na posição de quem está julgando os descendentes de algozes que, ao menos até agora, com elas não se compadeceram?

A última questão levantada acima constitui o tema central do livro *Nós, filhos de Eichmann*¹⁷ (2003 [1964]), uma carta aberta que o filósofo Günther Anders escreve ao filho do criminoso nazista Adolf Eichmann. Mesmo sem conhecê-lo, Anders o instiga a tomar posição contra o pai, em nome de imperativos éticos e máximas que são evidentes para qualquer pessoa. Para qualquer pessoa... exceto para os filhos dos algozes. Referindo-se à morte então recente de Eichmann, o filósofo afirma: “só podemos lamentar a perda daqueles que respeitamos” (p. 37)¹⁸, para logo acrescentar que “só podemos respeitar o ser humano que, por sua vez, respeita os seres humanos” (p. 41)¹⁹. Dirigindo-se

¹⁷ Tradução livre do título da versão francesa: *Nous, fils d'Eichmann*.

¹⁸ Tradução livre de: “Nous ne pouvons éprouver le deuil que de ceux que nous avons pu respecter”.

¹⁹ Tradução livre de: “Nous ne pouvons témoigner de respect qu'à l'être humain qui témoigne lui-même du respect envers les humains”.

ao filho do criminoso, conclui: “o senhor tem [...] a obrigação de se dissociar de sua origem; [...] deve renegá-la por solidariedade para conosco” (p. 43)²⁰.

Para construir meu próprio posicionamento ético a respeito desse problema, foi preciso retomar e analisar as perguntas mencionadas uma a uma. Do ponto de vista enunciativo, ao me perguntar se seria possível continuar a ser semioticista apesar de meu envolvimento com o assunto, ou melhor, apesar de estar *dentro do assunto*, tomei a decisão de escrever um texto em primeira pessoa e de introduzir alguns elementos autobiográficos, como venho fazendo em todos os artigos que escrevo sobre a memória. É sobretudo nesse ponto que meu modo de proceder difere da semiótica clássica, aproximando-se do estilo dos *Memorye Cultural Studies*. Diante de temas que me dizem respeito de modo tão direto, não poderia ser de outro modo. Trata-se de uma decisão política, mas também teórica e metodológica. Como veremos, nesse caso, envolver-me na enunciação levou-me a tomar distância na análise, confirmando minha ancoragem na semiótica.

Falar em primeira pessoa, com efeito, permitiu-me explicar minha situação particular em relação aos demais membros do grupo, já que, assim como eles, sou parente de um algoz, mas, diferentemente deles, nunca tive contato com esse parente e, além disso, sou descendente de vítimas. Trata-se de um “papel temático duplo”, como diriam os semioticistas²¹. Ao destacar os traços que me distinguem dos demais, pude adotar um ponto de vista interior e exterior, ao mesmo tempo próximo e distante do coletivo. Em termos de eficácia discursiva, presumi que essa posição dupla permitiria obter a adesão de um número maior de destinatários. Pouco a pouco, então, fui passando da primeira à terceira pessoa, de um papel temático a outro, para falar “deles”, os Desobedientes, suspendendo meu pertencimento ao coletivo por um momento.

Em termos epistemológicos, no fundo, essa tomada de distância é uma maneira de questionar a não mediação do vínculo entre sujeito e objeto, entre o ator individual que é o investigador e a coletividade de que ele fala. Enquanto semioticista, porém, a respeito desse objeto, tive de introduzir mais duas *mediações* ou *opacidades*, que os *Cultural Studies* tenderiam a omitir: a mediação do discurso e a mediação da teoria. Via mediação do discurso, pude compreender mais profundamente o *ethos* dos Desobedientes, ao passo que a mediação da teoria permitiu-me encontrar uma espécie de “bússola ética” geral.

²⁰ Tradução livre de: “Vous avez [...] l’obligation de vous dissocier de votre origine” ; “vous devez la renier, par solidarité avec nous”.

²¹ “Em semiótica, ‘papel temático’ é o que permite reconhecer um sujeito a partir de seu pertencimento e de seu modo de inserção em uma determinada coletividade. Os exemplos típicos de papéis temáticos são as profissões: professor, bombeiro, pescador, trabalhador da construção civil etc.” Tradução livre de: “En sémiotique, le ‘rôle thématique’ est ce qui permet de reconnaître un sujet par son mode d’appartenance et d’insertion dans une collectivité. Des exemples typiques de rôles thématiques sont les différents métiers : enseignant, pompier, pêcheur, ouvrier, etc.” (Estay Stange, 2018, p. 190).

A mediação do discurso pressupunha limitar meu “nível de pertinência” aos textos que compunham o livro em questão. Quando digo os “textos”, refiro-me também aos sujeitos que eles projetam e aos sedimentos culturais que eles convocam. Meu *comprometimento*, de certo modo, circunscreveu-se à linguagem e a suas manifestações. Pude, assim, explicar o valor do gesto dos Desobedientes, destacando sua ancoragem nos relatos míticos que fundam o conceito de filiação em nossa cultura, de Édipo e Antígona. É assim, sobretudo, que pude perceber o traço estruturante do que se apresentava, a princípio, como um conjunto heterogêneo: um traço que explica a condição trágica e o *ethos* propriamente dito desses familiares de criminosos. Entre contos, poemas, testemunhos e declarações, esses diferentes escritos, interrogados pela semiótica, revelaram afinal a chave de sua profunda coerência: a fragmentação “modal”²².

Em primeiro lugar, a fragmentação do *saber*, desde o *querer não saber* e o *poder não saber*, associados à denegação, até o *saber pleno* e consciente, passando pelo *saber sem querer* e pelo *querer saber*. Eis dois exemplos extraídos dos *Escritos Desobedientes*: “devo admitir que, nesses primeiros anos, [...] eu permanecia sem *poder indagar* o que havia acontecido em Mendoza, *querendo crer* no que meus pais haviam me respondido uma vez que perguntei” (Liliana Furió) e “*Eu gostaria de não saber* da falta de arrependimento desse pai repressor [...]. *Eu gostaria de não saber* que, com seu silêncio cúmplice, ele corrobora seu crime” (Analía Kalinec).

Em segundo lugar, a fragmentação do *dizer*, entre o *dever não dizer*, que define a proibição, o *querer não dizer*, associado à interiorização do segredo, o *dizer franco e aberto* e também o *dizer autorreflexivo*. Em última instância, porém, o que define a tragédia dos Desobedientes é uma contradição modal que envolve o volitivo (o querer) e o afetivo: *amar o pai*, ou mesmo *não poder não amá-lo*, mas, ao mesmo tempo, seguindo as normas éticas da sociedade, *não poder*, *não querer* ou *dever não amá-lo*. Essa dissociação, que a psicanálise descreve em termos de clivagem, dispõe de uma ancoragem propriamente discursiva no caso em questão, manifestando-se em todos os níveis, do mais profundo ao mais superficial, chegando mesmo a definir a identidade do coletivo. No que concerne a aspectos temáticos, é possível reconhecer a contradição entre

²² “Em linguística, o conceito de ‘modalidade’ expressa a atitude de um locutor em relação ao conteúdo de seu enunciado. Retomando essa definição, a semiótica observou que a manifestação dessa atitude, que frequentemente passa por diversas perifrases, pode ser traduzida por um número limitado de predicados, chamados ‘predicados modais’, cuja função é modificar outros predicados (por exemplo, ele canta > ele *pode* cantar, em que o verbo *poder* modaliza o verbo cantar). Ao todo, são cinco os predicados modais: querer, dever, crer, saber e poder, que condensam o conjunto de atitudes possíveis do enunciator em relação àquilo que ele enuncia, podendo ser formuladas de muitas maneiras diferentes.” Tradução livre de: “En linguistique, le concept de « modalité » désigne l’expression de l’attitude d’un locuteur par rapport au contenu de son énoncé. En reprenant cette définition, la sémiotique a observé que la manifestation d’une telle attitude, qui passe souvent par des périphrases, peut se traduire en un nombre limité de prédicats, appelés « prédicats modaux », ayant pour fonction de modifier d’autres prédicats – par exemple : il chante > il *peut* chanter = le verbe pouvoir modalise le verbe chanter. Ces prédicats modaux, qui sont au nombre de cinq – vouloir, devoir, croire, savoir, pouvoir –, condensent l’ensemble d’attitudes possibles – et formulables de très diverses manières – de l’énonciateur à l’égard de ce qu’il énonce.” (Estay Stange, 2018, p. 53).

os “papéis temáticos” do filho que ama e do cidadão que condena; contradição essa que provavelmente tem seu correlato na configuração temática dos pais, caracterizada pela divisão intransitável entre os papéis de pai de família e de torturador. No que tange à enunciação, a cisão manifesta-se em traços, seja na escrita em segunda pessoa, em que o sujeito se vê e se dirige a si mesmo como se se dirigisse à alteridade, seja no significante verbal, por meio de um ritmo espasmódico e entrecortado.

Graças à tomada de distância, essa análise levou-me a vislumbrar a magnitude da fragmentação mencionada acima, bem como a fragilidade dos sujeitos assim cindidos. A cada passo, o que está em jogo é sua própria sobrevivência semiótica, isto é, sua existência enquanto sujeitos do *dizer*. Os Desobedientes emergem de um discurso ferido, constantemente ameaçado pelo silêncio. O *ethos* que esses escritos constroem baseia-se tanto na profundidade da ferida quanto na potência da revolta.

A mediação da teoria, afinal, permitiu-me responder à pergunta ética fundamental antes mencionada, que, a princípio, parecia tão alheia à semiótica: o elogio aos familiares de criminosos que optam pela defesa dos direitos humanos deve nos levar a condenar àqueles que não fizeram a mesma opção? Sobre esse ponto, tendo por base uma reflexão narrativa, modal e enunciativa, pude chegar a três conclusões. Em primeiro lugar, concluí que o *ethos* desses sujeitos constitui-se de maneira progressiva, por meio de um percurso (narrativo) que nem sempre chega a seu fim, e que tampouco é possível acelerar. É impossível pular as etapas intermediárias entre a submissão e a eventual Desobediência. Em segundo lugar, concluí que não se pode julgar as contradições de cada indivíduo, que são geradas pelas instâncias enunciativas que o compõem e que são responsáveis por esses “debates internos” que todos nós conhecemos, exceto nos casos em que essas contradições estão contextualizadas em discursos públicos e políticos plenamente assumidos. Como é sabido, o “princípio de imanência” pressupõe a circunscrição de toda análise ao “texto”, enquanto objeto de significação fechado em si mesmo, independente de seu contexto. Expressando esse princípio, Greimas dizia que “fora do texto não há salvação!”. No que tange à esfera ética, parece-me que essa sentença permite reconhecer o direito que cada um tem de encontrar a “salvação” *no interior do texto*. Enquanto semioticistas, podemos avaliar o que se diz por meio do discurso, mas não o que se pensa ou o que se sente. Em terceiro lugar, ao constatar o conflito e a intransitividade entre as instâncias que podem coabitar o interior de um mesmo sujeito, compreendi que o amor de um filho por seu pai é frequentemente independente da posição ética desse progenitor em relação aos demais seres humanos, contrariando as afirmações peremptórias de Günther Anders. Compreendi que é sim possível amar um criminoso e condenar suas ações ao mesmo tempo. Compreendi, sobretudo, que essa contradição é a causa de um

sufrimento tão grande que se torna difícil, ou mesmo impossível, emitir um juízo a respeito dessa condição que, longe de ser escolhida, é imposta. Em suma, creio que esses filhos encontram-se na obrigação de respeitar esse “grande destinador” que são os direitos humanos, seja em ato, seja em discurso, entendendo-se *destinador* como a instância que delega e julga a ação do sujeito em toda história, de acordo com a teoria narrativa. Ao mesmo tempo, creio que não se pode exigir que esses filhos renunciem publicamente a suas origens e que atestem sua solidariedade para com as vítimas em ato político quando sua própria sobrevivência está em risco.

Tal é a posição ética que a análise semiótica levou-me a adotar, em detrimento das intuições e preconceitos ideológicos que, a exemplo de G. Anders, eu mesma poderia ter, enquanto militante; posição relativa e questionável, que só posso defender na medida em que parece *ter e fazer sentido* para mim.

Esse exemplo coloca em evidência as alternativas que a semiótica oferece ao problema do “comprometimento” e do envolvimento do investigador com esse tipo de tema. Problema esse que não deixa de se colocar para os *Cultural e Memory Studies*. Referindo-se à chamada “virada ética” dos *Memory Studies*, isto é, ao fenômeno que considera o trabalho de investigação como um “ato político” dos intelectuais comprometidos, Susannah Radstone reconhece que se corre o risco de transformar certos preconceitos ideológicos em princípios de investigação ortodoxos, carentes de fundamentos científicos, via processo de institucionalização dos *Memory Studies*:

É verdade que “o estudo da memória faz dos investigadores cidadãos comprometidos, que compartilham o peso das crises contemporâneas de memória” (Kansteiner, 2002: 179). Com essa formulação, entretanto, corre-se o risco de se transformar uma via de mão dupla em uma via de mão única, já que é o comprometimento pessoal/político em relação às feridas históricas e contemporâneas o fator que frequentemente leva certas pessoas, como os estudantes, por exemplo, a se dedicar à investigação acadêmica a respeito da memória, determinando o envolvimento em determinados projetos e garantindo a continuidade, a vitalidade e a importância do campo de estudo. [...] A institucionalização dos ‘estudos da memória’, entretanto, arrisca-se a endurecer e reificar em princípios ortodoxos essas especulações iniciais, conjecturais e frequentemente ainda não testadas a respeito dos movimentos, transmissões e processos da memória. Incorporados aos textos e aos conceitos canônicos, esses princípios ameaçam transformar a especulação em um “fato”²³ (Radstone, 2008, p. 33).

²³ Tradução livre de: “It is true that ‘the study of memory turns academics into concerned citizens who share the burdens of contemporary memory crises’ (Kansteiner, 2002: 179). But this formulation risks turning two-way traffic into a one-way street, for it is often personal/political engagements with the burdens of historical and contemporary injury and wrongs that bring people – as students, for instance

Considerando as observações acima, recordo que a semiótica exige, por princípio, interrogar toda especulação ou concepção intuitiva, submetendo-as à rigorosa prova da análise discursiva e da coerência teórica. Distinguir o preconceito do conceito e a avaliação subjetiva da observação crítica para que o *sentido* possa ser compartilhado, adquirindo uma dimensão coletiva, tal é a vocação e, inclusive, o *dever* da semiótica. Desse ponto de vista, o marco epistemológico da semiótica constitui efetivamente um marco ético, e o gesto teórico por ela pressuposto é, ao mesmo tempo, um gesto “político”, na acepção primeira do termo, que remete às condições de troca no interior da esfera pública. Uma vez que *conversando, a gente se entende*, tomar o partido do discurso implica favorecer a comunicação mútua a respeito dele.

Concluindo brevemente estas reflexões, retomarei o conceito de “comprometimento” com a finalidade de resumir as implicações teóricas e metodológicas de suas distintas formas de manifestação, na semiótica e nos *Cultural Studies*.

Em sua acepção contemporânea, o comprometimento designa a decisão livre e voluntária de atuar para defender uma causa, que se pode entender como um “comprometer-se a fazer algo”, e à ação efetiva que se segue a essa tomada de decisão, que pode ser entendida como um “atuar de modo comprometido”. O comprometimento, então, é ao mesmo tempo o início de um percurso e o próprio percurso, e transita entre o âmbito cognitivo, que envolve a tomada de decisão, e o âmbito performativo, que diz respeito à ação. É possível supor, nesse quadro, que os *Cultural Studies* orientam-se para a performatividade. Sua força concentra-se em sua capacidade de transformação daquilo que chamam “a realidade”. A semiótica, pelo contrário, estaria situada na área em que as precondições do discernimento que permitem exercer o livre-arbítrio tomam forma. Sua função é facilitar, ou mesmo possibilitar, o *dizer* e o *fazer*, pois, em contato com os temas mais delicados e dolorosos, uma palavra radicalmente comprometida, como a dos sobreviventes de um massacre, seria um puro “predicado somático” (Coquet, 2007), isto é, uma *expressão ligada ao corpo ou que dele saiu*, como os gritos, o choro, ou mesmo uma série de lamentações e injúrias. Nessas condições, seja qual for a ação subsequente, ela tem chances de perder o horizonte pragmático e a eficácia. Não é justamente a dissociação ou o deslocamento entre o pensar, o sentir e o atuar o que caracteriza a experiência traumática?

– into academic memory research in the first place, and that sustain both commitment to particular projects and the continuing vitality and relevance of the field. [...] But it is these early, conjectural and often yet to be tested speculations concerning the movements, transmissions and processes of memory that the institutionalization of ‘memory studies’ risks hardening and reifying into orthodoxies. Enshrined within canonical texts and concepts, these orthodoxies threaten to transform speculation into ‘fact.’”

O comprometimento da semiótica relaciona-se, então, à possibilidade de se reconectar a reflexão a palavras e ações. Paradoxalmente, comprometer-se a pensar é, por definição, “tomar distância”.

Embora a força pragmática da semiótica possa parecer mínima se comparada à dos *Cultural Studies*, em troca, ela possui uma grande capacidade de transmissão e, podemos dizer, uma grande força democrática. Diferentemente dos *Cultural Studies*, a semiótica tem desenvolvido uma teoria e um método que podem ser ensinados, transmitidos e enriquecidos por cada um, de maneira que o valor da análise é menos dependente do talento e da genialidade de cada investigador, se comparado ao valor de análise de outras disciplinas.

Por fim, há uma frase da sabedoria popular que incentiva a lentidão quando se está em uma situação de urgência, com a finalidade de preservar o sujeito da dispersão e de forçá-lo a manter o equilíbrio: “vamos devagar porque temos pressa”. No âmbito político, o semiótico diria: “tomemos distância porque estamos comprometidos”. ●

Referências

- ANDERS, Günther. *Nous, fils d'Eichmann: lettre ouverte à Klaus Eichmann*. Paris, France : Payot et Rivages, 2003 [1964].
- BAETENS, Jan. Mon Grand Tour en sémiotique. La sémiotique vue depuis les cultural studies. *Signata. Annales des sémiotiques / Annals of Semiotics*, 2, “La sémiotique, entre autres”, p. 155-166, 2011. DOI : 10.4000/signata.642
- BARTALINI, Carolina y ESTAY STANGE, Verónica (eds.). *Escritos desobedientes. Historias de hijas, hijos y familiares de genocidas por la memoria, la verdad y la justicia*. Buenos Aires, Argentina: Marea, 2018.
- BEYAERT-Geslin, Anne. *Sémiotique des objets. La matière du temps*. Liège, Belgique : Presses Universitaires de Liège, 2015.
- CERVILLE, Maxime et QUEMENER, Nelly. *Cultural Studies : Théories et méthodes*. 2a ed., Paris, France : Armand Colin, 2018.
- CHALARD-FILLAudeau, Anne. *Les études culturelles*. Saint-Denis, France : PUV, 2015.
- COQUET, Jean-Claude. *Phusis et logos. Une phénoménologie du langage*. Saint-Denis, France : PUV, 2007.
- DARRAS, Bernard. *Études culturelles & Cultural Studies*. Paris, France : L'Harmattan, 2006.
- ESTAY STANGE, Verónica. *La musique hors d'elle-même. Le paradigme musical et l'art contemporain*. Paris, France : Classiques Garnier, 2018.
- FONTANILLE, Jacques. Textes, objets, situations et formes de vie. Les niveaux de pertinence du plan de l'expression dans une sémiotique des cultures. In : ALONSO, J. ; BERTRAND, D. ;

CONSTANTINI, M. ; DAMBRINE, S. (eds.). *La Transversalité du sens. Parcours sémiotiques*. Saint-Denis, France : PUV, 2007. p. 213-240.

FONTANILLE, Jacques. *Pratiques sémiotiques*. Paris, France : PUF, 2015.

GREIMAS, Algirdas Julien. La soupe au pistou: ou la construction d'un objet de valeur. *Documents de recherche* (Groupe de recherches sémio-linguistiques), 5, 1979.

GREIMAS, Algirdas Julien. Entretien réalisé par Jacques Fontanille. *Langue française: Sémiotique et enseignement du français*, 61, 1984. p. 121-128.

GREIMAS, Algirdas Julien. *De l'imperfection*. Périgueux, France : Fanlac, 1987.

HALL, Stuart. *Identités et cultures. Politiques des Cultural Studies*. Paris, France : Éditions Amsterdam, p. 49-69, 2017 [2008].

HUSSERL, Edmund. *Ideen zu Einer Reinen Phänomenologie und Phänomenologischen Philosophie*. Netherlands: Martinus Nijhoff, 1976 [1913].

HUSSERL, Edmund. *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. Trad. Márcio Suzuki. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2006 [1913].

RADSTONE, Susannah. Memory studies: For and against. *Memory Studies*, 1 (1), p. 31-39, 2008. DOI: 10.1177/1750698007083886.

Theoretical gesture, political gesture. Semiotics versus Cultural Studies

 ESTAY STANGE, Verónica

Abstract: Principle of pertinence, plane of immanence, objectifying distance: these are rules of semiotics perfectly integrated into the researcher's methodology. These rules are presented as evidence in the face of relatively "neutral" objects from an ethical and political point of view. However, within the cultural phenomena that semiotics can consider as a "corpus", there are some that challenge us directly, and in such a radical way that our first impulse would be to develop a militant discourse, far (far, really?) from the possibilities that this discipline offers us. Mass murders, crimes against humanity: how to refer to such "objects", so axiologically marked, without breaking with the rules of analysis and at the same time without producing a "stiff", cold, "dehumanized" discourse? To what extent is it possible in these cases to resort to the "theoretical gesture" characteristic of semiotics? Cultural Studies have tackled the problem head-on: motivated by a "political gesture", the researcher builds his legitimacy around his direct involvement in the issues he is working on. In this context, the semiotician can only question the basis of his position, asking himself what he can contribute from his discipline, while respecting (or not) the principles that define it. This is the aim of this contribution, which presents a comparison between the semiotic perspective and the Cultural Studies' approach, taking up previous reflections developed in collaboration with Raphaël Horrein. On this basis, I intend to address the challenges facing our discipline, as well as its possible contributions, in the face of "extreme" cultural phenomena linked to political violence.

Keywords: semiotics; culture; Cultural Studies; post-memory of the perpetrators; political violence.

Como citar este artigo

ESTAY STANGE, Verónica. Gesto teórico, gesto político. A semiótica diante dos *Cultural Studies*. Trad. Paula Martins de Souza. *Estudos Semióticos* [online], volume 17, número 2. Dossiê temático: "A Semiótica e a cultura". São Paulo, agosto de 2021. p. 184-202. Disponível em: <www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

ESTAY STANGE, Verónica. Gesto teórico, gesto político. A semiótica diante dos *Cultural Studies*. Translated by Paula Martins de Souza. *Estudos Semióticos* [online], vol. 17. 2. Thematic issue: "Semiotics and culture". São Paulo, august 2021. p. 184-202. Retrieved from: <www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: month/day/year.

Data de recebimento do artigo: 15/05/2021.

Data de aprovação do artigo: 30/06/2021.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 License.

